

Decisões do STF que restabelecem MP no papel de parte foram destaque

O Supremo Tribunal Federal tomou duas decisões durante a semana com forte potencial de [reequilibrar a pirâmide da hierarquia](#) do sistema de Justiça, com o Ministério Público em seu devido lugar, de órgão acusador. A corte reconheceu que [delegados de polícia podem negociar acordos de delação premiada](#), pondo fim a uma disputa corporativa da Procuradoria-Geral da República contra a Polícia Federal.

A 2ª Turma, ao [absolver a senadora Gleisi Hoffmann \(PT\)](#) por falta de provas, declarou que acusações feitas em delações premiadas são insuficientes para basear condenações. O ministro Dias Toffoli disse que documentos elaborados unilateralmente pelos próprios delatores não representam provas idôneas para corroborar os fatos apontados. Assim, o [voto vencedor](#) descartou como prova uma anotação em agenda do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

O ministro Gilmar Mendes afirmou que os elementos apresentados pela PGR eram “raquíticos”,

o PT; o



Aplicação da reforma trabalhista

O Tribunal Superior do Trabalho [aprovou instrução normativa](#) que regulamenta a aplicação da reforma trabalhista, um conjunto de diretrizes para os processos já em trâmite. A corte definiu que o pagamento de honorários de sucumbência só pode ser aplicado em ações judiciais ajuizadas depois que a norma entrou em vigor. Demais regras processuais se aplicam imediatamente a todos os processos que estavam em trâmite.

Animais de estimação

Outra decisão relevante partiu do Superior Tribunal de Justiça: a 4ª Turma [reconheceu direito de visitas a animais](#) após o fim de relacionamento. Por maioria, o colegiado reconheceu que os bichos de estimação não são coisa inanimada nem sujeito de direito. “Reconhece-se, assim, um terceiro gênero, em que sempre deverá ser analisada a situação contida nos autos, voltado para a proteção do ser humano e seu vínculo afetivo com o animal”, conforme voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão.

Visita surpresa

Um homem declarou ao juiz Sergio Moro que, em setembro de 2016, agentes da Polícia Federal e membros do Ministério Público Federal [tiraram sua mulher e seu filho, então com 8 anos, de casa](#) para tomar o depoimento dela sobre o sítio atribuído ao ex-presidente Lula em Atibaia (SP). Lietides Pereira Vieira, irmão do caseiro do imóvel, disse que ninguém tinha autorização judicial ou mandado para cumprir a medida. O MPF [afirmou, em nota](#), que a operação foi “absolutamente legal”.

FRASES DA SEMANA

O riso deve ser levado a sério e junto ao humor são verdadeiras metáforas da sociedade. São renovadores, esclarecedores e por isso que são temidos pelos detentores do poder.”
Ministro **Celso de Mello** do STF, durante julgamento que [derrubou lei contrária a sátiras](#) durante a campanha eleitoral.

O Direito das Obrigações brasileiro não reconhece ao devedor a faculdade de escolher a pessoa em face de quem se dará a prestação. (...) A cessão de crédito é negócio bilateral que diz respeito exclusivamente ao credor cedente e ao cessionário adquirente do crédito.”
Ministro **Moura Ribeiro** do STJ, ao definir que [devedor não precisa ser notificado](#) sobre cessão de crédito.



ENTREVISTA DA SEMANA

O advogado **Antônio Amaral Maia**, sócio de uma empresa que oferece serviço jurídico e novas tecnologias, [defende a liberdade de contratação](#) entre advogado e cliente e critica o papel que a Ordem dos Advogados do Brasil faz como reguladora.

“Sempre se teve uma vergonha de tratar o direito como negócio, na profissão. Mas o Direito é um negócio, tem dinheiro envolvido, prestação de serviço.” Para Maia, tabelar honorários equivale a orquestrar preço.

**3,8 milhões**número de visualizações
de página na ConJur**1,2 milhão**número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

RANKING

A notícia mais lida, com 342,9 mil acessos, foi sobre [decisões contra o blogueiro Paulo Henrique Amorim](#): ele terá de cumprir pena de prisão de 1 ano e oito meses em regime aberto, convertida em restrição de direitos, por injúria racial contra o jornalista Heraldo Pereira, e ainda teve penhorado 30% do salário para pagar indenização ao ministro Gilmar Mendes, do STF.

Com 129,8 mil visitas, a segunda notícia do ranking foi sobre decisão do STF afastando penhora de bem de família do fiador na locação comercial. Por maioria, a [1ª Turma concluiu](#) que a regra para inquilinos residenciais não vale no comércio, pois a livre-iniciativa não pode colocar em detrimento o direito fundamental à moradia.

As dez mais lidas

[Condenado à prisão, Paulo Henrique Amorim tem salário penhorado](#)

[Por maioria, 1ª Turma do STF afasta penhora de bem de família do fiador na locação comercial](#)

[Devedor não precisa ser notificado sobre cessão de crédito, decide STJ](#)

[Gilmar manda soltar prefeito preso apenas por ter R\\$ 85 mil em casa](#)

[INSS deve pagar salário-maternidade a mulher demitida na gravidez](#)

[Juíza afasta regra e autoriza fertilização de mulher com óvulos da irmã](#)

[STF afasta aplicação de aposentadoria especial para guardas-municipais](#)

[“Lava jato” mapeou defesa de Lula depois de grampear escritório, diz advogada](#)

[Moro age de forma perigosamente política e ativa, diz Geraldo Prado](#)

[Por “provas raquíticas”, 2ª Turma do STF absolve Gleisi Hoffmann](#)

Manchetes da Semana

[STF devolve Judiciário ao topo da hierarquia do sistema de Justiça](#)

[Judiciário ainda desrespeita restrições à desconsideração da personalidade jurídica](#)

[Devedor não precisa ser notificado sobre cessão de crédito, decide STJ](#)

[Desistir de ações para aderir a Refis obriga empresa a pagar honorários de êxito](#)

[Voto de Toffoli demonstra erros na denúncia de Janot contra Gleisi](#)

[Justiça do Trabalho não pode multar empresa por descumprimento de decisão](#)

[STJ garante direito de visita a animal após fim de relacionamento](#)

[Empresa não responde por revisão de benefício de previdência privada](#)

[Cresce índice de superlotação em unidades prisionais, afirma CNMP](#)

[Por maioria, 1ª Turma do STF afasta penhora de bem de família do fiador na locação comercial](#)

[Entrevista – Antônio Amaral Maia: “OAB coloca âncora nos advogados e nos impede de empreender”](#)

[Juíza afasta regra e autoriza fertilização de mulher com óvulos da irmã](#)

Date Created

23/06/2018